



Anais da Assembléia

Nº 78

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 05 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Luiz Carlos Zuk.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Mesias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rósario Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Adalberto Daros, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Jaime Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpellini, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos, nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 118, 119, 120 e 121/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis nºs:

194/74: Do Senhor ex-Deputado IVO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Associação Menonita e Assistencial – AMAS, com sede e foro na cidade de Palmeira, o qual convertido em Lei tomou o número 6.680. – Agradeça-se.

156/74: Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que declara de Utilidade Pública, a Associação São Vicente de Paula da Cidade de Alto Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 6669. – Agradeça-se.

118/74: Do Senhor Deputado IVO THOMAZONI, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Academia Feminina de Letras do Paraná, com sede nesta Capital o qual convertido em Lei tomou o número 6678. – Agradeça-se.

139/74: Do Senhor Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Associação de Câmaras Municipais do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6681. – Agradeça-se.

Sob o nº 267/75, da Senhora ZEIA PINHO REZENDE, Chefe da Revista Jurídica, no qual encaminha a esta Casa para conhecimento dos Senhores Parlamentares a revista Jurídica do

Instituto do Açúcar e do Alcool, é que se dedica ao estudo e divulgação dos temas jurídicos, econômicos, financeiros, trabalhistas, sociais e agrários. – Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 153/75, do Senhor Duílio Genari, Presidente da Câmara Municipal de Toledo, no qual encaminha cópia da Moção nº 03/75, de autoria da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que teve aprovação da maioria do Plenário deste Legislativo em Sessão ordinária realizada no dia 20 do corrente ano. – Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Assembléia:

I – Seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Professor JÚLIO ESTRELLA MOREIRA, ocorrido às 14,20 horas do dia 24 de julho próximo passado, nesta Capital.

II – Sejam registrados nos Anais desta Casa os artigos e crônicas publicados nos jornais “Gazeta do Povo”, nos dias 1º, 2 e 3 de agosto, respectivamente, sob os títulos “JÚLIO MOREIRA”; PROFESSOR JÚLIO MOREIRA”; “JUAREZ TÁVORA – JÚLIO MOREIRA” e “JÚLIO MOREIRA MERGULHOU NO INVISÍVEL”, assim como em o “Estado do Paraná”, no dia 25 de julho, sob o título “ADEUS PROFESSOR JÚLIO”.

III – Sejam cientificados os familiares do professor JÚLIO MOREIRA ESTRELLA MOREIRA, assim como os Senhores DAVID CARNEIRO, JOSÉ WANDERLEY DIAS, RAQUEL C. DO MARAL, RAUL RODRIGUES GOMES e ARAMIS MILLARCH, autores dos escritos, sendo que, estes últimos, através dos jornais supra mencionados.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O professor e historiador JÚLIO ESTRELLA MOREIRA, a exemplo de seu digno pai, pode ser considerado como uma das maiores personalidades que deram tudo de si pelo nosso Estado, que, com o seu falecimento, sofreu uma irreparável perda.

Com o perdão de outros articulistas aqui não mencionados, que igualmente disseram algo a respeito da vida desse grande homem, o registro das palavras de reconhecimento e despedida, contidos naqueles escritos é uma maneira singela de re-homenagear tão ilustre paranaense.

Tais escritos, por si só, justificam a proposição de que seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do professor JÚLIO MOREIRA.

Com tal atitude, estaremos iniciando àquela pessoa simples e correta, humilde mas sempre respeitado perquiridor e historiador, culto divulgador de tudo aquilo que dizia respeito às tradições e grandezas de nosso Paraná, as homenagens que lhe são devidas por nosso Estado.

Há mais de sessenta anos, em plena juventude, o Professor JÚLIO se destacava como fundador do 1º Grupo Escoteiro do Paraná, iniciando uma vida de intensa colaboração a vários outros setores de atividades sociais, recreativas e cívicas, aparecendo como obra sua a criação da COLSAN, entidade conhecida pelas vidas que salva diariamente.

Pelo nosso Estado, foi suplente de Senador da República, em 1945.

Autor de vários trabalhos científicos, literários e históricos, teve publicadas mais de duas dezenas de obras, entre as quais, se destaca "Caminhos de Paranaguá e de Curitiba".

Em suas atividades assistenciais, foi:

1 - Presidente da Sociedade de Socorro aos Necessitados, quando fundou e construiu o pavilhão da Escola Maternal, instalando a Mesa dos Pobres e o Departamento de Madrinhas, que tantos serviços presta até hoje à pobreza do Paraná;

2 - Conselheiro do Instituto dos Cegos do Paraná;

3 - Conselheiro do "Educandário Curitiba", para filhos sadios de leprosos, que também presidiu desde 1949, em substituição a seu pai;

4 - Conselheiro da Liga de Combate à Lepre;

5 - Fundador e Superintendente da COLSAN;

6 - Membro do Conselho da "FREI" (Fundação de Recuperação de Indigentes) por mais de 4 anos, tendo participado de sua criação;

7 - Contribuiu na fundação de alguns clubes de serviço em Curitiba, fundou e orientou por vários anos o "Inter-act Club";

8 - Criador do "Orbes Clube", patrocinado pelo Rotary Clube de Curitiba;

9 - Membro do Rotary Clube, desde 1949, ocupando o lugar de seu pai Fernando Moreira. Foi membro de diversas comissões, exerceu cargos de Diretoria, ocupou a Presidência da entidade e foi Governador do Distrito 463 no biênio 1958/1959.

Nas atividades culturais e científicas, destacou-se como:

1 - Participante de vários Congressos de Odontologia e de Medicina em vários Estados do Brasil;

2 - Participante de Comissões examinadoras em concursos para professores universitários;

3 - Congressista oficial em Congressos de História, realizados no Paraná, no Rio de Janeiro, em Ouro Preto e em São Paulo;

4 - Um dos organizadores do 1º Congresso Paranaense de História, realizado de 26 a 29 de julho de 1948, em Paranaguá, por ocasião do Tricentenário;

5 - Organizador de duas Exposições de Arqueologia em Curitiba, nos anos de 1931 e 1932;

6 - Organizador da Exposição Retrospectiva do Tricentenário de Paranaguá, em 1948;

7 - Organizador da Exposição Retrospectiva pela passagem dos 250 anos de fundação de Curitiba;

8 - Organizador da Exposição de Pinturas de Alfredo Andersen em Curitiba, por ocasião do centenário de nascimento do insigne mestre;

9 - Presidente da Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná;

10 - Diretor da sessão de História e Diretor do Museu Paranaense.

Muito mais poderíamos dizer a respeito do Professor JÚLIO ESTRELLA MOREIRA, mas, com essa síntese biográfica esperamos, não só pedir a aprovação destas proposições, como, de igual, abrir caminho para que, num futuro próximo, seja tornado realidade aquilo que se constituiu seu maior sonho: a concretização do "Parque do Atuba", onde, num esforço e perspicácia incomuns, conseguiu descobrir a localização da vila primitiva de Curitiba, cidade em que nasceu e que tanto amou.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e com o máximo respeito, vem a Vossa Excelência expor e requerer que, uma vez ouvido o douto plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado ofício ao Senhor Coordenador do INPS do Paraná, solicitando providências urgentes na construção de sede própria da Agência do Instituto em Cascavel, bem como

credenciar médicos para efetuar consultas dos segurados independente de pagamentos.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação que ora se reitera é uma aspiração ditada pela crescente demanda do setor da região Oeste do Paraná, e objeto de expedientes de várias fontes oficiais de Cascavel e de outros deputados, sem contar com apelos de entidades de classe e clubes de serviços e de vários municípios vizinhos.

A própria Prefeitura de Cascavel, com outorga da Câmara Legislativa, desde 1967 efetuou doação de terreno central para edificar a mencionada agência, cujo prazo autorizativo sofreu várias prorrogações, que recentemente foi considerada inócua e de nenhum sentido, "já que o descaso do Instituto alcançava também os seus próprios interesses patrimoniais". Aliás, as instalações da agência estão ocupando um edifício alugado e, consoante informações de funcionários, não satisfazem as necessidades mínimas de um perfeito funcionamento, além da carência de pessoal que é pública e notoriamente precária para o atendimento dos interessados.

Inobstantemente, a agência de Cascavel atende a todos os municípios da grande região entre os rios Piquiri e Iguaçu, ultrapassando os limites considerados toleráveis e compatíveis com a sua estrutura. Mesmo porque, tratando-se de uma organização nacional e implantada "ad perpetuum", aconteça o que acontecer - podendo até mesmo mudar a nomenclatura mas não o o objetivo - terá que cumprir a sua finalidade essencial, qual seja, a de distribuir assistência médico-hospitalar e previdenciária aos seus filiados. Esses seriam os atributos mínimos que decorreriam da própria lei que ordinariamente se editou para cumprir o texto constitucional.

Não se compreende também e paralelamente que só ao segurado caibam obrigações, como aquela de contribuir mensalmente com suas parcelas sobre os salários, pois a lei manda que o Instituto cumpra a parte que lhe compete, a qual é decorrente e compulsória a partir do momento em que o aceita como seu contribuinte. Desta forma, o não atendimento de consultas médicas por conta do INPS, gera uma situação abusiva, arbitrária e discriminatória que põe em dúvida o melhor intérprete, pois enquanto em outras regiões e Estados o benefício se estende a todos os vinculados ao Instituto, o trabalhador de Cascavel e outros municípios circunvizinhos são tratados diferentemente, o que implica em prejuízo do seu orçamento.

Não se justifica que sendo o associado à previdência titular desse direito, seja ele desembolsado dos preços de consultas, que muitas vezes os médicos se recusam a fazer gratuitamente, e com muita justiça porque a obrigação - de regra - pertence ao INPS.

Em última análise, quem acaba prejudicado é aquele que mais depende do órgão, já que os demais nem mesmo se sujeitariam à humilhação de tanto sacrifício e perda de tempo em enormes e cansativas filas, como as que se vê nas múltiplas cidades do Estado e do Brasil.

É com grande constrangimento que se formula este requerimento lavrado nos termos desta justificativa, e é em nome de uma região inteira, de um povo inteiro que este apelo patético está sendo novamente reiterado. Seria quase odioso deixar o registro de que pouca esperança ainda se tem, mas em nome do bom-senso, do respeito e sobretudo do direito desse povo ter saúde, é que peço a essa superintendência uma meditação e uma tomada de posição eficaz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições Regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Dr. Jayme Prosdócimo, no sentido de solicitar a anistia de multas relativas ao ICM dos contribuintes, em atraso, em virtude do ante-projeto de lei que a Secretaria das Finanças encaminhou à Associação Comercial do Paraná, para receber sugestões das entidades empresariais, prevendo-se como uma das principais modificações na legislação tributária, a exclusão da multa de 40 por cento nos débitos do ICM, espontaneamente denunciados pelo contribuinte em débito com a Fazenda Estadual.

Assim sendo, Senhor Presidente, enquanto aguarda-se as modificações previstas no referido ante-projeto de lei, solicitamos do Senhor Secretário da Fazenda que sejam sustadas à execução das multas referentes ao ICM e, outrossim, requer o pedido de parcelamento do crédito tributário espontaneamente denunciado, igualmente com a exclusão da multa.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) MAURICIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assina, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura de nosso Estado, solicitando providências no sentido de amparar, técnica e financeiramente, os pequenos proprietários rurais, em especial do Norte do Paraná, tendo em vista os problemas surgidos com as recentes geadas e o perigo eminente de seu desaparecimento.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) ANTONIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

As consequências da geada, vão muito além do problema econômico. Sob o ponto de vista social é que devem ser ampla e seriamente analisadas. Alguns técnicos já estão aconselhando a erradicação do café em favor da soja, trigo e pastagens. O que deveriam, no entanto, era procurar informar e orientar os pequenos proprietários de imóveis rurais de até trinta (30) hectares, que invariavelmente o exploram sob o regime de economia familiar, de forma a que os mesmos não sejam prejudicados para sempre.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja expedido ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando providências no sentido de transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria com revestimento primário, da estrada que liga o Distrito de Lageado dos Vieira à localidade de Barra Grande, no município de Rio Negro, numa extensão aproximada de 60 km.

O trecho de estrada em questão é de suma importância à economia de Rio Negro, e municípios adjacentes pois propicia melhores condições, se conservada e melhorada a pista de rolamento, para o transporte de fumo, do produto à fábrica, esta sediada no mencionado município de Rio Negro. É que atualmente este transporte vem sendo feito através da estrada de Santa Catarina, em distância dobrada, que encarece o frete.

Ademais, a adoção da medida implica também em atender a população da referida estrada, que, em época das chuvas, fica impedida de se locomover.

Conjugam-se pois, em favor do pedido, dois fatores preponderantes, que o justificam plenamente.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração, Dr. João Elisio Ferraz de Campos, no sentido de que sejam efetuados estudos e providências urgentes para reformas tão necessárias no Grupo XAVIER DA SILVA, localizado nas esquinas das ruas Mal. Floriano com Silva Jardim, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA:

Acompanhando os trabalhos do Governo do Estado e mais especificamente, da Secretaria de Administração, verificamos o interesse de seu titular na solução dos problemas dos estabelecimentos de ensino em todo o Estado, daí porque, queremos levar a seu conhecimento as necessidades e privações sentidas pela administração, professores e alunos do grupo escolar Xavier da Silva quanto a precariedade das instalações sob todos os aspectos, dentre eles citamos assoalho, portas, janelas, gabinetes, bebedouros, pátio de Educação Física e principalmente iluminação, uma vez que tem grande número de alunos estudando à noite. Dado o exposto esperamos providências no sentido de dar melhores condições de trabalho e estudo a professores e alunos daquele estabelecimento de ensino.

Sala das Comissões, em 04 de agosto de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Interior, apelo no sentido de que aquela autoridade estadual providencie com urgência, reformas que se fazem necessárias no prédio onde funciona a Escola Estadual Dr. Oscar Geyer, no município de Bituruna.

Está o referido prédio há muito tempo sem receber qualquer reparo, se encontrando, presentemente, suas instalações em precárias condições, dificultando, de certo modo, o bom andamento dos trabalhos escolares.

Um pronto atendimento, por parte daquela Secretaria, ao fato, evitaria dissabores futuros e evitar-se-ia uma solução de continuidade daquele estabelecimento escolar.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro após ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Jayme Canet, o seguinte:

a) Em reunião preliminar no Palácio Iguaçu, quando compareceram a totalidade dos Senhores Prefeitos da Região dos Campos Gerais, a comunidade de Ponta Grossa, a Reitoria da Universidade, os Presidentes das Câmaras de Vereadores da Região, enfim a representação dos Campos Gerais, Sua Excelência o Governador prontificou-se a estudar a atender a reivindicação apresentada ou seja, o passamento do patrimônio do Colégio Augusto Ribas antigo, o acervo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, fazendo com que a base de implantação do novo Curso de Engenharia Agrônômica fosse concretizado.

b) Em nova reunião com o Governador e a comunidade dos Campos Gerais e ainda as representações dos Senhores Deputados David Federmann e o 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado, Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, e ainda, outros

líderes da Região e do Estado, foi novamente pedido a instalação do Curso de Engenharia Agrônômica e Sua Excelência, o Sr. Governador pediu um novo prazo de 15 ou mais dias para dar a sua palavra final e oficial.

c) Acreditando na boa intenção com que Sua Excelência, o Governador dirige os destinos desse Estado agindo indistintamente em suas decisões, quando os mesmos são do interesse do Estado do Paraná é que reformulamos o pedido que não é de Ponta Grossa, mas sim, da Região dos Campos Gerais, e consequentemente de um quadrante do Paraná.

d) A Reitoria da Universidade de Ponta Grossa apresentou a S. Excelência o Governador do Estado, o relato da situação da sua administração, demonstrando a atual situação invejável que desfruta, não só no Paraná, mas nacionalmente, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, fazendo com S. Exa. sinta a reivindicação mais de perto pela excelente direção da Reitoria nos cursos em andamento naquela instituição e no desenrolar do ensino da Região e do Paraná.

Pede, a Reitoria um auxílio de implantação do novo Curso e não um auxílio de subsistência.

e) Em nome da Região dos Campos Gerais, da Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa, damos um voto de prestígio à decisão que o Governo, através do seu mais alto mandatário, Sua Exa. Jayme Canet Junior, no entender, tão necessário a esse quadrante do Paraná eminentemente agrícola.

A região confia na pessoa do Governador e no prestígio à suas representações, sabendo que não será outra a decisão de S. Exa.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista o reconhecimento de ação malsinada no expediente datado de 19 de julho do corrente ano, da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, Portaria nº 271/75, que em entendimento à denúncia do Comando Político da localidade de Ribeirão do Pinhal, representado pelo seu Prefeito, o Presidente da Arena e o Deputado Gabriel Manoel, que designou o funcionário Nourisval Mendes Ferreira, do Posto de Saúde daquela localidade, para prestar serviços no posto de Saúde da cidade de Quatiguá, distância a 100 quilômetros de sua residência, simplesmente por que o mesmo se transferiu da Arena para o MDB, em represália ao procedimento do Prefeito da localidade, requer, seja encaminhado apelo ao Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando os seus bons ofícios, no sentido de como medida da mais alta justiça, determinar a deixar sem efeito a Portaria nº 271/75, da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, datada de 19 de junho do corrente ano, que designou o funcionário do Posto de Saúde da localidade de Ribeirão do Pinhal, para prestar serviços no posto da cidade e município de Quatiguá, numa distância superior a 100 quilômetros, simplesmente por haver o Prefeito de Ribeirão do Pinhal, em companhia do Presidente da Arena, e o Deputado Gabriel Manoel, haver denunciado que o mesmo se transferiu de filiação da ARENA, para o MDB.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 95/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

a) IVAN RÜPPEL

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade que se pretende seja declarada de utilidade pública, é sem dúvida, merecedora do título, pois vem trabalhando há mais de 8 anos no amparo moral e material das famílias menos favorecidas do município de Cambará. É uma entidade que não visando fins econômicos, tem caráter filantrópico-beneficente e tem seu fim precípuo, o amparo à velhice. Seus diretores não recebem remuneração a qualquer título, portanto, o Asilo São Vicente de Paulo tem todas as condições de receber o apoio de meus nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 96/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados", com sede em Ponta Grossa.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, há mais de 50 anos vem prestando os mais diversificados serviços de assistência social à comunidade de Ponta Grossa.

Ao lado desta assistência que presta indiscriminadamente aos necessitados, proporciona também orientação espiritual aos desvãlidos.

Sua diretoria não é remunerada e a duração de sua existência preenche os requisitos da lei.

Reconhecendo os seus relevantes serviços o município de Ponta Grossa, já reconheceu por lei a sua utilidade pública.

Justo portanto, que o poder estadual também lhe outorgue este reconhecimento, permitindo-lhe usufruir dos benefícios legais decorrentes e melhor prosseguir em suas beneméritas atividades.

Esperamos o apoio de nossos nobres pares a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos pedir vênias a V. Exa., Sr. Presidente, para lermos uma carta do funcionário, que serviu de tanta celeuma aqui nesta Casa, dirigida ao Sr. Secretário dos Negócios da Saúde e do Bem Estar Social, que foi atacado violentamente por um dos Srs. Deputados que não quis obedecer o decoro, que nós humildemente obedecemos, Sr. Presidente.

Esta Carta é datada do dia 21 de julho de 75. Tivemos o zelo, tivemos a satisfação de trazer vinte cópias da mesma, e que hoje vamos dar conhecimento a esta Casa. (Lê):

"Quatiguá, 21 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Cumprindo determinações emanadas por V. Exa., através a Portaria nº 271/75, tenho a satisfação de comunicar-lhe que nesta data assumi a função de meu cargo na Unidades Sanitárias de Quatiguá.

A partir desta data estarei nesta Unidade Sanitária, onde encontro-me plenamente satisfeito, e à disposição de V. Exa., para o cumprimento de suas determinações.

Sendo só o que me apresenta para o momento aproveito o ensejo, para renovar-lhe o testemunho de minha alta estima e distinta consideração.

a) Norival Mendes Ferreira.

Dr. Arnaldo Busato.

M.D. Secretário de Saúde e Bem Estar Social - Curitiba".

E é porisso, Sr. Presidente, que nós obedecemos o decoro desta Casa. E é por esta razão que nós vimos a público dizer a esta Casa e ao Paraná que enquanto outros deputados procuram atirar pedras em seus colegas, não vêem que o Paraná sofre das consequências de uma geada - não sabem que o Governador do Estado do Paraná foi a Brasília e conseguiu de S. Exa. o Sr. Presidente da República para que fossem aprovados os planos de obras rodoviárias do Estado do Paraná. Eles só sabem atirar pedras, Sr. Presidente, eles só sabem repudiar, mentir e aproveitar do decoro parlamentar. E é porisso que nós não podemos nos calar. Pedimos Vênia a V. Exa. porque faltamos com o decoro parlamentar, mas também pedimos um alerta ao povo do Paraná, que os corruptos e os subversivos sejam postos nos seus devidos lugares.

Pedimos vênias, Sr. Presidente, por esta falta de decoro parlamentar, mas nós fomos atacados, foi atacado um secretário do mais alto gabarito que é o Secretário Arnaldo Busato, um secretário que recebe os homens de mãos calosas em seu gabinete, um secretário que tem o direito de fazer um remanejamento de seus funcionários, um secretário que não deve ser atacado, nesta Casa, sem justa causa.

E é porisso, Sr. Presidente, que pedimos vênias neste instante a V. Exa. e a esta douta Mesa e a esta douta Assembléia, quando faltamos com o decoro parlamentar. E é isso que devem fazer os nossos companheiros quando atacam dizendo nomes e procurando tripudiar sobre homens honrados como é o Secretário Arnaldo Busato. Não podemos nos calar.

A humildade é peculiar ao homem do interior, do deputado que deve vir à tribuna para pleitear uma estrada como a BR-153 Santo Antonio da Platina-Wenceslau Brás. Deve procurar amparar o lavrador, principalmente agora que suas lavouras sofrem as consequências das geadas, deve estar "pari-passu" com os companheiros, lutando pelo Paraná e sua gente.

Não deve vir para faltar com o decoro parlamentar.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa que está esgotado o prazo regimental e concede mais um minuto para que V. Exa. termine sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL - Quero dizer a esta Casa, às bancadas do MDB e da ARENA, que nosso Chefe do Poder Executivo, em Brasília, conseguiu que todos os planos rodoviários do Paraná fossem aprovados pelo Presidente da República e isto é que é trabalhar por seu povo, sem demagogia.

Muito obrigado e perdoem, nobres Pares, pela falta de decoro. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Em outra oportunidade, já discorremos aqui da importância econômica e social da região Norte do Paraná, face ao desenvolvimento e à própria formação de nosso Estado.

Voltamos hoje à tribuna para, abordando ainda o papel preponderante para a economia paranaense e brasileira representada pela região Norte do Paraná, focalizarmos um problema atual e que vem polarizando as atenções de todas as autoridades e povo em geral, em virtude da alta relevância na atual conjuntura.

FALAREMOS HOJE, DAS CONSEQUÊNCIAS DA GEA-

DA EM NOSSO ESTADO E SUAS IMPLICAÇÕES EM UM DETERMINADO SETOR DA NOSSA ECONOMIA, OU SEJA: A mudança radical das condições que possibilitaram o surgimento no Norte do Paraná, em pequenas distâncias, de verdadeiros centros produtores, entrecortados por cidades que alcançaram índices de desenvolvimento jamais encontrado em outras comunidades em tal espaço de tempo.

A economia do Norte do Paraná é ainda baseada na agricultura. O café foi a maior expressão da produção agrícola, seguido do soja, algodão, trigo, milho, feijão e arroz, além de outras culturas, que embora em menor quantidade, estão presentes na economia regional, tais como mandioca, cana-de-açúcar etc.

O Norte do Paraná está procurando diversificar sua cultura agrícola e aumentar a produtividade através de adoção de técnicas modernas.

Os fenômenos climáticos, forçando a diversificação, apon-taram falhas e sugeriram os novos rumos para a agricultura e consequentemente para o desenvolvimento da região. Assim o café está perdendo terreno em números absolutos.

É inevitável a importância do sistema fundiário na economia do Norte do Estado. Como dissemos, está o Norte do Paraná, fundamentado economicamente na agricultura e o sistema fundiário tornou-se o ponto determinante de todo o sistema agrícola. Um fator que influiu na evolução e formação de seu sistema de propriedades agropecuárias, foi a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Tanto a organização como o sistema adotado na colonização da terra, facilitaram a adaptação do tipo de cultura predominante, além de impedir a sua flexibilidade, que a posse se tornasse um foco de injustiça social. Favoreceu, inclusive, a criação de um tipo de relação de trabalho perfeitamente adaptável ao tipo de economia da região, como ainda ao caráter migratório de boa parte da mão-de-obra rural.

As pequenas propriedades rurais, predominam em cerca de 90 por cento na colonização da região. Consideradas as condições iniciais, as chamadas propriedades, ou sejam áreas de terras constituídas na faixa de 6 (seis) a 25 (vinte e cinco) hectares.

Com o advento da mecanização, os fatores climáticos que impossibilitam o cultivo do café, a falta de orientação técnica por parte dos órgãos governamentais, na última década, observou-se um desaparecimento da pequena propriedade, na faixa acima referida, em cerca de 50 por cento. Ora, se observamos que toda uma região aflorou baseada exclusivamente no minifúndio, nas condições e desejo do homem brasileiro de produzir, conservando ou adquirindo condições e nível social adequado para a educação de sua família, a que se preocupar com o desaparecimento da pequena propriedade rural.

Temos observado, que, baseados em estudos e tendo em vista quase sempre o progresso do ESTADO, os órgãos governamentais, têm aconselhado e orientado a formação de propriedades de médios e grandes portes. Observem os técnicos, que o minifúndio é anti-econômico, para o estado naturalmente. Porém, acreditamos que o principal objetivo de todos, deve ser o HOMEM, e é pensando nesta circunstância é que estamos a analisar o problema.

Os órgãos técnicos e financeiros que possuem o governo, têm se descuidado sobremaneira do pequeno proprietário. O enorme contingente de bóias-frias existente em nosso Estado, é indiscutivelmente fruto de tal descuido. Sem ver perspectivas para o desenvolvimento de outra cultura que não o café, a falta de orientação para obtenção de financiamentos, para desenvolver outro tipo de atividade, leva o pequeno proprietário ao descrédito. Vende uma propriedade sua e aventura-se a uma atividade na cidade.

Vem então, o grave problema: Não está nosso homem rural, habilitado a concorrer em igualdade de condições com o homem urbano. Passa então a marginalizar-se. Esvai-se a economia de longos anos. E, dentro de 3 anos no máximo, está aí,

mais uma família que terá como única fonte de renda e trabalho o caminhar de bóias-frias.

É por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que, elaboramos um requerimento ao qual passamos à consideração desta Casa, solicitando que a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, ultime com urgência um plano de orientação técnico-financeira aos pequenos proprietários rurais, para que estes, estimulados, não deixem suas propriedades, constituídas com sacrifícios ingentes, muitas das quais berço de seus filhos para engrossar a fileira de marginalizados pela sociedade, residindo em favelas, aumentando o congestionamento urbano, já apresentando em nosso País, problemas dos mais sérios. Acreditamos que nosso alerta seja o ponto de partida, para, com o devido apoio desta Casa, sensibilizarmos os responsáveis pelo bem estar de nossa gente e tal problema seja minimizado".

O nosso requerimento já foi lido pela Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentarei nesta oportunidade requerimento à Secretaria de Finanças do Estado, solicitando as seguintes informações: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista denúncias de pessoas vítimas do acontecimento,

REQUER:

Após ouvido o plenário, seja oficiado à SECRETARIA DAS FINANÇAS DO ESTADO, solicitando em medida de urgência as seguintes informações:

a) Existe no quadro de funcionários dessa Secretaria elementos que além de exercerem a função de fiscal de rendas, exercem paralelamente, por ordem e com apoio do departamento onde se encontram lotados, o agenciamento e venda de livros ou similares?

b) da mesma forma, informa se no quadro de fiscais volantes da Secretaria, existe entre eles, aqueles que se dedicam em nome da repartição, a vendas de loteamentos urbanos, títulos patrimoniais de sociedades civis etc.

Temos em que, P. Deferimento.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975".

Sr. Presidente, é uma ocorrência que se vem registrando constantemente. São fiscais do Estado, principalmente aqueles lotados no Departamento de Rendas Internas, alguns, é evidente, e que comparecem a casa dos comerciantes, dos contribuintes, intitulado-se agentes vendedores desta ou daquela obra, deste ou daquele título patrimonial, impondo, muitas vezes, ao amedrontado comerciante, já tão sacrificado em suas atividades, a compra desse objeto.

Por isso é que fazemos, nesta oportunidade, requerimento à Secretaria de Finanças do Estado, para que se informe se de fato esses agentes que funcionam naquela Secretaria, estão autorizados a agir como vendedores e como agentes.

Aproveitando a oportunidade de usar da palavra nesta hora do Pequeno Expediente, quero reafirmar aqui a honradez, e dignidade funcional, acima de tudo, de Nourival Mendes Ferreira, de Ribeirão do Pinhal que atendendo a portaria incabível de S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Saúde e Bem Estar Social, está caminhando quase 100 km de distância e está cumprindo a ordem emanada da Secretaria, conforme conhecimento enviado ao Sr. Secretário.

A honradez, a dignidade, a fidelidade que caracteriza os 18 anos de atividade daquele funcionário do Estado do Paraná, em troca de um salário de fome, em troca de uma miséria, a

que se submeteu a si e sua família, todo esse tempo. Mas está comprovada sua dignidade e sua honra e mais uma vez caracterizada esdrúxula e tomada de posição do Secretário de Saúde, de transferir Nourival Mendes Ferreira, da unidade sanitária de Ribeirão do Pinhal para Quatiguá, que foi um dos maiores erros políticos do poder representativo do Governo.

Gostaria que ficasse caracterizado na ata dos trabalhos de hoje, que o próprio ilustre Deputado Gabriel Manoel fez questão de dizer aqui, desta tribuna, que faltou nesta Casa, com o decoro parlamentar. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, apenas para encaminhar à Mesa requerimento solicitando à Secretaria do Interior informações sobre a Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR, dúvidas que temos dessa empresa, sobre a realização de suas obras, sobre a aplicação de seus recursos e sobre a cobrança de suas tarifas que são inúmeras em todo o Paraná. Dizemos mesmo que em nossa justificativa, que acho que não há uma única cidade que possa se dizer satisfeita com os serviços que estão sendo executados pela SANEPAR. Ela muito prometeu, muito pretendeu e nada ou muito pouco tem feito.

Nós que pretendemos averiguar a miúdo e por inteiro a atitude da SANEPAR no Paraná, encaminhamos para apreciação do plenário um requerimento formulando oito perguntas que esperamos, após respondidas, dêem a esta Casa e dêem ao Paraná sobretudo os esclarecimentos que todos esperam e reclamam sobre essa empresa e sobre os serviços de saneamento em nosso Estado.

As perguntas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que deverão ser respondidas pela Secretaria do Interior, relativas a SANEPAR, são as seguintes: (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, pedindo informações sobre verbas, obras e serviços da SANEPAR. Essas informações deverão ser consubstanciadas nas respostas às seguintes perguntas:

1ª Pergunta:

Quantos e quais os valores dos convênios ou contratos de financiamento assinados pela SANEPAR com o PLANASA? Quais as finalidades desses convênios ou contratos?

2ª Pergunta:

Qual o valor total das verbas recebidas pela SANEPAR do PLANASA, qual o saldo atual e onde está depositado?

3ª Pergunta:

Com quais municípios a SANEPAR celebrou convênio ou recebeu concessão para exploração do serviço de fornecimento de água? Em que datas esses convênios foram celebrados ou recebidas as concessões e quais as obrigações assumidas pela SANEPAR com cada um desses municípios?

4ª Pergunta:

Com quais municípios a SANEPAR celebrou convênios e ainda NÃO cumpriu com as obrigações assumidas e quais as razões desse retardamento ou dessa inadimplência?

5ª Pergunta:

Quais as obras que a SANEPAR está realizando? Quando foram feitas as concorrências e quais as firmas vencedoras? Quais os valores de cada contrato, o prazo de concessão das obras e a situação atual das mesmas?

6ª Pergunta:

Em que situação se encontram os estudos ou a elaboração do projeto para captação de água do RIO TIBAGI, para atendimento de cidades do Norte do Paraná?

7ª Pergunta:

Quais os serviços de esgoto que a SANEPAR está realizando e em quais cidades? Quando foram iniciados e quando serão concluídos?

8ª Pergunta:

Qual o critério para cálculo das tarifas da SANEPAR, com a base legal para esse cálculo e com que fundamento é cobrada multa de 10 por cento quando do atraso no pagamento?

JUSTIFICATIVA:

Dos muitos mistérios que envolvem largos setores da administração pública estadual, os mais surpreendentes são os que dizem respeito à SANEPAR. É sabido que essa empresa recebeu, verbas substanciais do PLANASA para cumprir sua obrigação de levar água e serviço de esgoto aos municípios paranaenses.

A primeira política da SANEPAR foi obter dos municípios a concessão para exploração dos serviços de fornecimento de água. Por pressão, coação e até por velada chantagem muitos municípios transferiram esses serviços à SANEPAR, cientes de que era a mesma eficientemente capaz de resolver os graves problemas de saneamento.

Mas até agora a SANEPAR não justificou sua exagerada pretensão de absorver todo o serviço de abastecimento de água no Paraná.

Inúmeros convênios, ao que sabemos, foram assinados, mas não foram cumpridos. As populações do interior aguardam a iniciativa dessa empresa estadual, já desacorçoada.

Em verdade, nenhuma cidade paranaense, está satisfeita com a SANEPAR.

Para agravar ainda mais esse descontentamento, a sua política de cobrança de tarifas chega a ser desumana. O pagamento da tarifa de água com UM DIA de atraso já implica na obrigatoriedade de pagar multa de 10 por cento, o que é uma verdadeira agitação.

Eis porque reclamamos esses esclarecimentos. É que o Paraná quer saber. E quer o Paraná que a SANEPAR seja eficiente ou então que confesse, de uma vez por todas, sua impotência e devolva aos municípios a responsabilidade por esse serviço que, mais que essencial, é vital.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1975."

Acreditamos, Sr. Presidente, que respondidas estas perguntas com a seriedade e com a presteza que se espera da Secretaria do Interior e especialmente dessa empresa, esta Assembléia e todos os municípios do Paraná, todas as administrações municipais, toda a população paranaense estarão em condições de saber o que se faz no setor de saneamento neste Estado, onde estão sendo aplicadas as verbas do PLANASA que vieram para a SANEPAR e, sobretudo, terão condições de fiscalizar esse trabalho e de cobrar com maior eficiência e até de forma implacável as obrigações que a SANEPAR tem que cumprir.

Houve uma época em que a Diretoria da SANEPAR andou percorrendo o Paraná a coagir, a pressionar as administrações municipais a lhes entregar a exploração do serviço de abastecimento de água. Repentinamente muda a Diretoria e ali está a nova Diretoria enclausurada, sem cumprir os convênios que sabemos são em número de oito ou superior, e sem dizer o que pretende fazer com os dinheiros recebidos do PLANASA.

O SR. PRESIDENTE — Concedo ao nobre orador mais dois minutos para que possa terminar o seu pronunciamento.

O SR. OSVALDO MACEDO — Passamos às mãos da Mesa, para apreciação do plenário, este Pedido de Informações. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Findo o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): "Entendendo que a hora é de somar nossos esforços para fazer face à grave crise econômica e, pior que isso, grave crise social que se avizinha como resultado imediato do desemprego gerado pelo desequilíbrio da nossa economia rural, considero importante a tomada de posição por parte do Governo, para minorar os efeitos dessa tragédia. Acho viável avocar o Governo para si, a responsabilidade de socorrer as nossas estruturas sociais, exatamente no momento em que mais trágica e crítica se torna sua situação.

Gostaria de sugerir, desta tribuna, o aproveitamento da mão-de-obra ociosa e desnorteada deste Paraná flagelado, na consecução das grandes metas preconizadas pelo Governo e que não devem permanecer à sombra de soluções convencionais e demoradas.

Assim, considero oportuno que o Governo pense em dar aos homens da atividade agrária, uma oportunidade de vencer os primeiros tempos, duríssimos, de após geadas, empregando-os temporariamente na execução de seus projetos que são inúmeros. Poderíamos citar como exemplo, os projetos rodoviários para abertura de novas rodovias, as chamadas vicinais ou alimentadoras, e mesmo dentro do badalado programa "Pró-Safrá".

Desta maneira, o homem do campo, hoje sem um horizonte na vida, poderia prover o sustento da família nesses tempos difíceis e ao mesmo tempo contribuiria para que aqueles projetos tivessem andamento mais rápido, assegurando ao Estado a infra-estrutura viária compatível com suas necessidades e que apagassem, pelo menos de leve, o sentido demagógico do Executivo quando vai ao interior afirmar sua preocupação em promover o Homem.

Acho que esta seria uma fórmula humana de atender ao problema do desemprego e do desamparo, evitando-se o aglomerado de famílias que se estão deslocando do interior para a Capital, na expectativa de providências do Governo, agravando ainda mais o descompasso social de Curitiba e o surgimento de novas favelas.

O Governo tem competência para encontrar essas soluções. A hora não é de preocupar-se tanto com o futuro da agricultura, que o futuro virá inevitavelmente, mas o de ocupar-se com o presente, buscando soluções rápidas para os problemas que se apresentam agora. O homem sofrido do campo não poderá esperar dois anos para recuperar-se, nem mesmo esperar pelo processo natural de germinação das sementes que hoje estão sendo lançadas à terra. Urge socorrê-lo imediatamente.

Empregá-los já, será uma providência, que antes de tudo, poderá revelar o caráter humanístico do Governo, numa medida que, certamente, concorrerá para exemplificar para o resto do Brasil, que no Paraná, temos a cabeça no lugar e que estamos amadurecidos no trato dos problemas locais, mesmo os de calamidade pública.

Fica aqui, Senhores Deputados, a nossa sugestão, que, acredito, deverá merecer a atenção de todos os Senhores e, principalmente do Governo, que deve ser o maior interessado na solução desse problema que afeta diretamente seus governados, o desemprego e a fome, por causa das geadas.

Sr. Presidente, são estas as nossas palavras".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estaremos na tarde de hoje, por uma deferência do companheiro que nos antecedeu, Sr. Otássio Pereira, usando do Grande Expediente um pouco maior daquele a nós destinado.

Inicialmente, nossos agradecimentos ao Deputado Otássio Pereira.

Queríamos, Sr. Presidente, nós da região dos Campos Gerais, representada por 14 Srs. Prefeitos daquele quadrante do

Paraná, o Sr. Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o corpo docente ali representado, a família dos Campos Gerais, expor ao Sr. Governador, como já o fizemos, no início da sua gestão, percorridos já os corredores do Palácio Iguaçu, para que num contato entre S. Exa. o Sr. Governador e as Lideranças da nossa região, se fizessem entender e traduzissem, através daquele pedido, respondido por outros Srs. Deputados na pessoa do Deputado David Federmann, que nesta Casa entrou com um pedido do passamento do acervo do colégio, agora "Augusto Ribas", colégio antigo e em abandono, para o acervo da Universidade, para que aquela instituição educadora tenha o sustentáculo para a implantação de nosso curso de engenharia agrônoma daquela instituição de ensino. Foi feita uma reunião de mais de 50 líderes, 14 Srs. Prefeitos municipais, desvencilhando-se dos seus compromissos de administração e de outros Srs. componentes — que também têm seus afazeres — mas se fizeram presentes naquela primeira reunião do Palácio Iguaçu com o Sr. Governador.

Naquela ocasião, o mais alto mandatário deste Estado, se comprometia a estudar a viabilidade de implantação do passamento do Colégio Augusto Ribas à Universidade Estadual de Ponta Grossa.

E agora, recentemente, quando vimos de que esta segunda reunião, quando S. Exa. pedia um pouco mais de tempo, para que realmente se posicionasse e desse a palavra oficial do Governador do Estado do Paraná.

E agora, recentemente, no vizinho município de Ipiranga, quando da reunião da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, aonde se fazia presente também o Deputado Jurandir Messias, viu na pauta dos trabalhos daquela reunião de que toda região representada àquela ocasião, queria fazer um memorandum. E este ilustre Deputado, queria incorporar-se àquela representação, para dar ao Paraná e aos seus filhos, mais uma oportunidade de ter um curso de Engenharia Agrônoma a ser implantado em nossa cidade.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço ao ilustre Deputado o aparte que me concede.

V. Exa. está sendo bastante feliz em seu pronunciamento. E para ilustrá-lo, queria que o Sr. tivesse conhecimento daquela reunião da micro-região Campos Gerais, realizada na sexta-feira última, no município de Ipiranga.

Quando o assunto principal tratado pelos Srs. Prefeitos, componentes da micro-região, foi exatamente, o problema abordado nesta tribuna por V. Exa.

Eu, na qualidade de Deputado que representa diversos daqueles municípios, integrantes daquela micro-região, queria, nesta oportunidade, transmitir a V. Exa. que, doravante, deverei juntamente com V. Exa. e com o Deputado David Federmann, dando continuidade ao nosso trabalho, pedir ao Governo do Estado para que através dos seus órgãos componentes, e da Secretaria de Educação e Cultura, faça realizar o sonho daquela região, daqueles municípios que integram e compõem a região Campos Gerais, porque V. Exa. Deputado Zuk, sabe perfeitamente, como todos os Deputados sabem, que com a criação desta Faculdade viria beneficiar não só Ponta Grossa, mas uma legião de moços e moças que anseiam por melhores dias em nosso Estado.

Portanto, fica aqui, Deputado Luiz Carlos Zuk, o meu beneplácito; o meu apoio ao seu pronunciamento. Pode contar comigo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado Jurandir Messias, e queria, em nome da região, dizer que de antemão já contava com o assentimento do ilustre Deputado a esta iniciativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

E estaremos, Sr. Presidente, conscientizando S. Exa. o Sr. Governador de nosso Paraná para que se posicione como admi-

nistrador, que é em um requerimento que estamos apresentando a este plenário para ser encaminhado a S. Exa.

Estamos arguindo a situação invejável que desfruta nossa instituição de ensino. Temos, no Paraná, três universidades. A nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa, auxiliada pelo Governo Federal, Estadual e pela comunidade, faz com que aquela administração tenha o respaldo do Governo do Estado, a ser atendida esta sua solicitação.

Soubemos através dos jornais — e não vai crítica alguma às outras instituições — que nossa Universidade detém hoje, não só no Paraná, mas em todo o Território Nacional, a vanguarda da reforma do ensino a ser implantada no País. Temos em nossa instituição, além deste sentido educacional, o sentido financeiro. Desfruta nossa Universidade de um posicionamento invejável em todo território nacional e se estamos pedindo alguma coisa ao Governo do Estado, o fazemos num sentido coeso, onde participa uma região representada por 13 outros municípios que compõem a micro-região dos Campos Gerais.

O requerimento que estamos endereçando a S. Exa. o Sr. Governador, visa rememorar o que S. Exa. prometeu em nossa cidade. E desejo salientar que, no dia de amanhã, o Paraná saberá analisar a decisão do mais alto mandatário do Estado. E se for negado, à minha cidade, à minha região, a implantação desse curso, eu mesmo, desta tribuna, virei denunciar outras instituições que pediram grandes somas para sobreviverem. E nós apenas pedimos, como cito no meu requerimento, um tratamento indistinto a todo o Paraná. Queremos que S. Exa. nos dê um atendimento amplo, que haja decenetmente, porque nós estamos agindo corretamente.

E lembramos a S. Exa. o Sr. Governador que esse passamento não beneficiará somente a família pontagrossense, mas a todo o Paraná. Porque nosso Estado é essencialmente agrícola, e o Sr. Governador do Estado é um homem que está diretamente ligado à agricultura.

Curitiba possui uma Escola de Engenharia Agrícola, Bandeirantes e Londrina também. Portanto, é justo que nossa região, também tenha esse curso, porque colaboramos com uma grande parte da produção agrícola do Estado.

E o atendimento a esse nosso pedido será dos mais justos, como disse, não só para a nossa região, mas para todo o Estado. E esta é realmente, uma reivindicação deste Estado, não apenas deste Deputado, porque pedi ao nobre Deputado David Federmann, representante de nossa região, que subscrevesse esse requerimento e procurasse a adesão dos demais membros da Arena e que o assunto aparecesse como iniciativa do partido do Governo.

E se for atendida essa reivindicação, eu, publicamente, comprometo-me a falar ao meu Estado e meu País de que essa iniciativa vingou aquilo por que os Srs. Prefeitos expuseram a S. Exa. o Sr. Governador e num item de nosso requerimento, estamos expondo o trabalho da Reitoria da Universidade de Ponta Grossa, onde nós prendemos, onde o exemplo de nossos amigos e companheiros, onde o exemplo dos filhos do Paraná, dá uma amostra através de um ativo e passivo, do que realmente se faz, sem contar com a grande ajuda, como contam outras instituições de nosso Estado, particularmente Londrina e Maringá; a Prefeitura de Ponta Grossa, até o dia de hoje, deu somente 80 mil cruzeiros de contribuição. Vive nossa Reitoria, exclusivamente do auxílio do Governo Federal e Estadual e a participação dos alunos que pagam altas anuidades.

Exigimos, de parte do Campos Gerais, que S. Exa., naquela reunião, naquele segundo prazo de 15 ou poucos mais dias que pediu — hoje já são vencidos mais de 60 dias — e não temos mais condições de ir de Prefeitura em Prefeitura solicitar aos Srs. Prefeitos que compareçam ao Palácio Iguaçu, para uma nova reunião com S. Exa.

Acreditamos no atual Governo, neste homem decente que aí está e que não haverá de faltar com sua própria família, haverá de não faltar com Ponta Grossa, porque esta Casa, já anteci-

padamente contava, quando da apresentação desse requerimento, com total assentimento.

O nobre e ilustre líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni, também se comprometia com sua palavra, que sua participação seria em termos de Paraná, em termos de engenharia agrônoma de Ponta Grossa.

De antemão, nosso agradecimento à região pedindo a S. Exa. o Sr. Governador que dê mostras de sua total independência no sentido de ser atendida essa reivindicação, que não é nossa, que é dele também, que é do Paraná e de todos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente pediria a V. Exa. chamada nominal, porquanto me parece não haver quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere a questão de ordem e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados. Havendo quorum damos continuidade à Ordem do Dia da presente sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 07/75, de autoria do Deputado Lineu Mansani Turra, que integra em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual, os serviços de retificação e pavimentação da estrada que liga as cidades de Palmeira e Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.G. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 39/75, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, da cidade de Medianeira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução nº 49/75, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao item "b" do número "1" do § 2º do artigo 3º da Resolução nº 37/75. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

Projeto de Resolução nº 49/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — O item "b" número "1" do § 2º, do art. 3º da Resolução nº 37/75, passa a seguinte redação:

"Instruir os processos enviados pelo Diretor do Departa-

mento do Pessoal, para apreciação e parecer do Gabinete de Assistência Técnica".

Art. 2º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de de 1975.

aa) PAULO CAMARGO
AGUINALDO PEREIRA LIMA
MAURICIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

O Projeto em pauta em por objetivo corrigir uma falha existente na Resolução nº 37/75, uma vez que esta subtraiu uma atribuição definitiva e conferida no Decreto Legislativo 573/67, a um dos órgãos constantes da estrutura administrativa da Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução nº 49/75

O presente Projeto, de autoria da Comissão Executiva, visa dar nova redação ao item "b" do número "1" do § 2º do art. 3º da Resolução nº 37/75.

A justificativa apresentada nos convence de sua oportunidade, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação.

É o parecer:

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
ACCIOLY NETTO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 121/74, de autoria do Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa. Pareceres **CONTRÁRIOS** da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **REJEITADO.**

PROJETO DE LEI Nº 121/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1974.

a) DOMICIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente Plano de Lei, Sr. Presidente, pela importância que possui a referida estrada no contexto da economia paranaense.

Não é do desconhecimento de ninguém a produção agrícola de Palmeira e arredores, nos setores de arroz, soja e trigo. Por outro lado, estes cereais tem, a sua maior comercialização e industrialização justamente no município de Ponta Grossa, onde se encontram grandes complexos industriais paranaenses.

Com uma estrada e portanto, condizente com a importância da região, afora Palmeira, seriam beneficiados os municípios de Porto Amazonas, Irati, Teixeira Soares, São João do Triunfo e São Mateus do Sul, que não teriam o atual problema de verem as primeiras chuvas, o escoamento de suas safras paralisadas pela falta de um escoadouro.

São estes os motivos que expomos e pelos quais confiamos na aprovação deste Plano de Lei por parte de nossos pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 121/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado

Domicio Scaramella. * em por objetivo autorizar o Poder Executivo a ~~asfaltar~~ a Estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa.

Ao que pese a justificativa que acompanha o processo e as intenções do seu autor, no nosso entender o Projeto contraria frontalmente a Constituição Estadual, que no seu Art. 35 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

Isto exposto, nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei 121/74, e consequentemente, opinamos pela sua REJEIÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 121/74

Atendendo o ilustre Deputado Domicio Scaramella, os apelos de milhares de paranaenses moradores nas cidades de Palmeira e Ponta Grossa, e porque não dizer de todo o Paraná, pois visa o presente, dotar de melhores condições o acesso à cidade de Palmeira e consequentemente sua ligação ao resto do Estado.

Matéria meramente autorizatória e de grande benefício, somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS ESPECIAIS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

A comissão de Constituição e Justiça rejeitou o presente projeto, por considerá-lo inconstitucional, em virtude de envolver aumento de despesa.

Outrossim, tramita nesta Casa o projeto de Lei nº 07/75, de autoria do Deputado Lineu Turra, visando a inclusão da mesma matéria no Plano Rodoviário Estadual, com maiores chances de sanção pelo Sr. Governador do Estado, por não prever de imediato aumento de despesa e já ter merecido aprovação por parte das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Pelo exposto, consideramos prejudicada a presente proposição, e somos pois, pela REJEIÇÃO da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN - Presidente

LINEU TURRA - Relator

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Júlio Estrella Moreira. - **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI - (Questão de ordem) Eu sei, Sr.

Presidente, que estou falando de matéria vencida, todavia, quer me parecer que, quando aprovamos em 3ª discussão o Projeto de Lei 07/75, e, ao aprovarmos mesmo com voto favorável do MDB o Projeto de Lei 121/74, votamos matéria redundante, eis que, quer me parecer que ambos os projetos de lei versam sobre a mesma matéria.

Não sei se não seria de boa técnica legislativa, Sr. Presidente, que ambos os projetos fossem anexados, porque, ambos visam o melhoramento na estrada que liga as cidades de Palmeira a Ponta Grossa, um, de autoria do Sr. Lineu Turra, outro, do Sr. Domicio Scaramella.

Não foi contra o mérito da proposição que a ARENA votou mas votou seguindo o parecer da CCJ e sobretudo considerando que já havia votado favoravelmente à matéria.

Era a minha Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência despacha a questão de ordem do ilustre Deputado, reconhecendo a qualidade e o objetivo das matérias apreciadas. Ocorre que o plenário desta Casa teve oportunidade, quando em 2ª discussão, de retificar o equívoco apresentado, quando da apreciação dos projetos de lei de autores diferentes, mas que, na verdade, têm o mesmo objetivo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo providências no sentido de amparar, técnica e financeiramente, os pequenos proprietários rurais, em especial do Norte do Estado, tendo em vista os problemas surgidos com as recentes geadas, e o perigo eminente de de seu desaparecimento. - **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI - Apenas, Sr. Presidente, para indagar a Mesa a súmula do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - A súmula é o que acabamos de ler.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário de Finanças, no sentido de solicitar a anistia multas relativas ao ICM dos contribuintes em atraso. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando providências no sentido de transferir ao DER para efeito de conservação e melhoria, com revestimento primário, da estrada que liga o distrito de Lageado dos Vieira à localidade de Barra Grande, no município de Rio Negro. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, no sentido de que sejam efetuados estudos visando reformas tão necessárias no Grupo Escolar Xavier da Silva, desta Capital. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Coordenador do INPS do Estado, encarecendo providências na construção de sede própria da agência do referido Instituto em Cascavel, bem como credenciar médicos para efetuar consultas dos segurados independentes de pagamentos. - Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Pediria um esclarecimento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE - Se V. Exa. pedir a palavra para discutir...

V. Exa. solicita a palavra para discutir?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Eu estou levantando questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - E esta Presidência esclarece a V. Exa. que se V. Exa. deseja solicitar a palavra, deverá fazê-lo para outra sessão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Indago a V. Exa., antes de colocar em discussão, se é viável fazer requerimento verbal para tirar de apresentação ou de pauta este requerimento.

O SR. PRESIDENTE - V. Exa. poderá encaminhar por escrito o requerimento para retirar de pauta.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Se já está em discussão, peço a palavra para discussão.

O SR. PRESIDENTE - Fica transferida para a próxima sessão a discussão do referido requerimento.

Esta Presidência volta a repetir o apelo a esta Casa Legis-

lativa para que os Srs. Deputados elaborem súmulas para os requerimentos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, reivindicando em nome da região dos Campos Gerais, que o Colégio Augusto Ribas passe ao acervo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para a implantação do novo curso de Engenharia Agrônômica. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que providencie com urgência, reformas que se fazem necessárias no prédio onde funciona a Escola Estadual Dr. Oscar Geyer, no município de Bituruna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado lido da tribuna, solicitando seja oficiado à Secretaria das Finanças, no sentido de que informe sobre irregularidades, tendo em vista denúncias de que funcionários dessa Secretaria que além de exercerem a função de fiscal de rendas, exercem paralelamente, o agenciamento e venda de livros ou similares. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do expediente, solicitando seja enviado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de como medida da mais alta justiça, sem efeito deixe a Portaria nº 271/75, da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social que designou o funcionário do Posto de Saúde da localidade de Ribeirão do Pinhal, para prestar serviços no posto da cidade e município de Quatiguá. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando seja enviado ao Sr. Secretário do Interior, pedido de informações sobre verbas, obras e serviços da SANEPAR. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 6, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução nº 49/75 e do Projeto de Lei nº 121/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 50/75 e 51/75 e do Projeto de Lei nº 56/75.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 1975.

Adeus, Professor Júlio!

Aramis Millarch

Em sua residência, na Rua Brigadeiro Franco, cercado da maior biblioteca paranista cujo destino ele previu, cuidadosamente, há mais de um ano, ao designar uma comissão formada por amigos para cuidar de sua preservação, o professor Júlio sempre esteve à disposição de todos que o procuravam: repórteres, professores e pesquisadores, com dúvidas e mesmo jovens iniciantes na pesquisa histórica, como o deputado Túlio Vargas, que teve no professor Júlio um precioso auxiliar na parte histórica de seus livros.

Os filhos bem encaminhados na vida — o engenheiro Ivo Simas Moreira, é hoje um dos homens fortes do Ministério do planejamento, arrodado de carinho e admiração da família, amigos e de todos que conheciam o seu trabalho, o professor

Júlio deixa uma obra marcante e notável. Como médico, professor da Faculdade de Odontologia, diretor do Museu Paranaense, editor dos "Archivos da Câmara Municipal de Curitiba" — que pararam quando não pode mais suportar o seu custo, já que a Prefeitura nunca soube entender a importância desta documentação, o professor Júlio foi um dos homens mais marcantes de sua geração.

Com sua morte, o Paraná perde mais do que um historiador. Perde um dos melhores paranaenses. E nós perdemos um grande amigo.

Com a morte do professor Júlio Estrella Moreira, às 14,30 horas de ontem, o Paraná perdeu o seu mais dedicado historiador. Falar do Professor Júlio neste momento, é difícil para quem o conheceu em seu extraordinário amor às coisas do Paraná, aos fatos e homens que marcaram a nossa história. Por certo, os necrólogos relacionarão suas obras e suas atividades — imensas ao longo de uma vida de estudos e pesquisas em mais de cinco décadas de preocupação cultural. Antes de tudo, o professor Júlio foi o mais paranista de nossos historiadores, preocupados sempre em restabelecer verdade, esclarecer detalhes — discordando, inclusive, de muitos colegas — mas tendo de todos, o maior respeito e admiração. Seu trabalho sempre foi motivo unicamente pelo idealismo, pois nunca — em tempo algum — teve qualquer apoio financeiro para empreender suas pesquisas e mesmo publicar suas obras. Ao contrário, na maioria das vezes, foi obrigado a tirar dinheiro do bolso, de seus magros vencimentos de mestre aposentado da Universidade Federal do Paraná para ver seus estudos em letra de forma. Pessoalmente, nos empenhamos, anos atrás, para sensibilizar a Secretaria dos Transportes, a editar o seu básico "Histórias dos Caminhos da Comarca do Paraná", que só há poucas semanas, foi finalmente publicado. Em qualquer outro País, um trabalho como este teria o financiamento desde o seu primeiro projeto. Aqui, só saiu após 5 anos de lutas, pedidos, solicitações à "autoridades" que nem sempre souberam entender a dimensão do professor Júlio Moreira. Há três anos, o Historiador também restabeleceu uma verdade, descobrindo o ponto exato onde Curitiba nasceu. Embrenhou-se pelo lodaçal que cerca o local no Atuba, fez demarcações e numa solenidade realizada no Palácio 29 de Março, o então prefeito Jayme Lerner assinou decreto criando ali um parque histórico. Um parque até hoje apenas no papel — que o professor Júlio sonhava em ver concretizado. E que agora é questão de honra ao Prefeito Saul Raiz realizar.

JUAREZ TÁVORA

Raquel C. do Amaral

Estava no interior do Paraná, cumprindo uma missão piedosa, e só na minha volta tive conhecimento da morte do eminente brasileiro Juarez Távora.

Estranharão que não dissesse Marechal Juarez Távora. Explico: Os grandes homens não tem a anteceder-lhes os nomes, uma designação para identificá-los. Basta que se diga — Abrahão Lincoln, George Washington, Franklín Roosevelt, John Kennedy, Benito Juarez, José Bonifácio, Pedro I, Floriano Peixoto, Gomes Carneiro, Bolívar, San Martin, Artigas, Ruy Barbosa, Juarez Távora e assim por diante. Estarão identificados. São nomes cuja repercussão se integra, respeitosamente, entre a sua raça, entre a sua gente. Nomes que fazem a História.

Feito este ligeiro introito, vou falar do soldado invulgar, do cidadão nosso — Juarez Távora.

Vida fascinante. Aventurosa. E, porque não acrescentar, venturosa? Sim, foi venturosa. Foi uma vida realizada em todos os aspectos a desse cearense. Não direi só cearense — seria pouco — pois que este cidadão e soldado não pertencia apenas ao Estado que lhe serviu de berço. Não pertencia ao âmbito estreito de uma grande e exemplar família.

Ele era, e continua a ser, um patrimônio do Brasil. Justo orgulho de uma raça. Exemplo edificante para nossa juventude,

o moço pobre e de hábitos modestos. Galgou a duras penas, pelo seu esforço próprio as mais altas culminâncias do Exército e da vida pública.

É que Juarez Távora sempre teve da mocidade à velhice, a alimentar-lhe o espírito uma chama sagrada: a chama do ideal e do patriotismo são. E a acompanhar-lhe a vida, como um anjo da guarda, a figura encantadora de Nair Távora, sua prima, sua esposa, seu grande amor, quatro filhos homens. Quatro homens de bem.

Marechal reformado, continuou trabalhando e estudando os nossos problemas com profunda seriedade, na tranquila casa da rua David Campista em Botafogo; ou no retiro pitoresco – lindo – de São Pedro da Aldeia.

Deixa, por isso mesmo, vasta obra de historiador e, mais ainda, de sociólogo.

Deixa também uma saudade imorredoura a todos que o conheceram e muito admiraram. Para admirá-lo não era necessário conhecê-lo pessoalmente. Que o digam todos aqueles que tem o seu nome – Juarez. Preito de admiração ao Herói de tantas campanhas em favor do Brasil.

Morreu o Vice-Rei do Norte.

Morreu o último Vice-Rei do Brasil. (Talvez o único vice-rei republicano do mundo).

Morreu com ele uma das páginas mais velas da nossa História contemporânea.

JÚLIO MOREIRA

Raquel C. do Amaral

Curitiba chorou. "Curitiba chorou de dor" (se me não engano há uma canção popular que estou parodiando sem querer).

É que Júlio Moreira morreu.

Só não o admirava quem não o conhecia.

Vou tentar, em rápido bosquejo, traçar-lhe o perfil: – Via como que em um mundo diferente do nosso: mansamente, tranquilamente, mas sempre trabalhando.

Sua vida era a da sua família. Dos parentes e amigos. Por isso foi feliz.

Primeiro, ao abrir os olhos para a vida, teve a ventura de encontrar pais honrados e dignos que lhes transmitiram a herança inalienável de um nome respeitável.

Estudioso e competente. Compenetrado e humilde, conquistou, na juventude, tudo o que ambicionou: Títulos e lauréis. Cultura sólida (fortuna invejável). Feliz também no amor, pois encontrou em Maria Luiza Simas – a professora de que tanto meu marido fala –, a companheira ideal, formando com ela uma família exemplar.

Cinco filhos. Três homens e duas mulheres. Só lhes deram gosto e justificado orgulho. Mas a morte, que a ninguém poupa, levou-lhe a companheira e amiga de jornada. Júlio Moreira, porém, não ficou só. Nem se deixou baquear. O carinho dos filhos, dos netos, dos irmãos e amigos foram estímulo para as suas novas missões.

Dentista, Médico. Professor. Escritor. Historiador. Pacientemente, vencendo o tempo – e mesmo a doença – continuou a luta. Era homem da fibra de Arthur Franco, Loureiro Fernandes, a quem só a morte pode deter.

Não conheci ninguém mais paranaense. Particularizando: ninguém mais curitibano do que Júlio Moreira.

Era o enamorado do Paraná e da sua Curitiba.

Para Juarez Távora terminei dizendo que morreu com ele uma das mais belas páginas da nossa História Contemporânea.

Com Júlio Moreira morreu também uma das mais belas páginas da História do Paraná. Morreu, como diria Romário Martins, um dos últimos Tinguís.

Descansem em paz, amigos meus. E até já.

Júlio Moreira: seu mergulho no invisível

Raul Rodrigues Gomes

O Paraná perdeu com a desencarnação de Júlio Moreira, uma das grandes figuras de sua cultura. Quando escrevi na epígrafe a metáfora de seu mergulho no invisível não envolvi, nem de longe, a idéia do desaparecimento de seu nome e sua obra no registro da nossa evolução intelectual. Deixou ele uma série de produções, frutos de um trabalho colossal, todos valendo como os menirs celta erguidos em blocos fabulosos de granitos para comemorar fatos não bem esclarecidos pela história, porém na minha comparação cada livro esgotava um assunto. Assim acontece com o tema de medicina, arqueologia, história sobre origem de várias instituições. Porém sobrelevam a todos os três últimos volumes editados, não só pelo conteúdo informativo como pela segurança dos dados. Porém três trabalhos dele constituem verdadeiros monumentos a um tempo de intuição, sabedoria e profundidade das pesquisas realizadas. Nesta última situação os processos dele exigiam longas viagens. Afronta a dificuldades de toda ordem, no vasculhamento das investigações. Lembro-me de dois casos visitados por mim e por amigos deles: O local da Vilinha do Atuba. Ali nasceu segundo ele, Curitiba. Os primeiros moradores fizeram uma tosca capelinha, para ela importaram uma singela imagem, de Nossa Senhora da Luz. E como a santa duma altura em diante amanhecesse com o rosto voltado para o lado do sítio onde se fundou a cidade definitiva. Levou-nos também para mostrar o roteiro final do caminho de Itupava. Este passava pela chácara da antiga família de Emiliano Perneta. Sua idéia era erigir ali uma escultura para assinalar aquele roteiro cujo o fim ficava na Chácara Bittencourt perto do Passeio Público. Colossal é o seu Dicionário Bibliográfico do Paraná. A minha seção paranaense, embora reduzida pois o grosso da minha biblioteca paranaense doe por inteiro a instituição com o nome de José Gonçalves de Moraes, de Morretes cuja criação no mandato do saudoso Arlindo de Castro e cuja finalidade e instalação foi feita na primeira gestão do atual prefeito Cidney Antunes de Oliveira. Como eu possuí três dezenas de obras nossas. Dr. Júlio ficou dois ou três dias coligindo nomes. Uma obra enorme é a Caminho do Paraná. Ele lhe dedicou uns vinte anos em buscas. Quando tomei conhecimento desse cometimento livresco desse vultoso esforço criador, toda vez que me encontrava com ele estimulava-o a publicá-lo. Importante também é o exame dos documentos secretos mantidos em cofre forte pelo Instituto Geográfico, Histórico e Etnológico do Paraná. Esta divulgação que reveste de valor imenso para elucidação de ponto de nossa história. Iria longe se fosse esmiuçar todos os produtos os gastaria na sua inteligência, muitas páginas para enumerá-la.

Neste preito apertado, assiná-lo apenas alguns pontos bastantes para dar uma idéia da perda sofrida por nossa terra com a morte do Dr. Júlio, cuja modéstia e simplicidade guardavam uma figura incomparável de sábio.

Veterana Verba
JÚLIO MOREIRA

David Carneiro

Quando tive a notícia (ao chegar à minha terra natal) da morte do professor Júlio Moreira, a 24 de julho, fiquei desolado. Não é porque sentisse apenas a sua falta como meu amigo (e muito do coração) ou porque afinássemos profundamente em inúmeros dos nossos gostos (que eram-nos comuns). Fiquei desolado pelo Paraná, que perdeu um dos seus grandes filhos, um homem que podia representá-lo no altruísmo construtivo, no amor às instituições a que consentia pertencer, na dedicação incansável a tudo tomava quanto sobre si como encargo e dever. Dizem que os paranaenses somos humildes e faladores, maldizentes e suscetíveis. De todas essas qualidades só a humildade caracterizaria o Júlio, capaz das maiores dedicações no escuro

De entre todos os nossos historiadores de primeira plana, a glória de Júlio Moreira jamais será apagada, por haver descoberto a localização da vila primitiva de Curitiba (que todos antes de nós haviam procurado infrutiferamente) que ele reencontrou antes que a metrópole curitibana conseguisse chegar ao rio Atuba e esconcer os últimos resquícios da Vilinha do século XVII. Quando ele teve um pequeno derrame (há uns cinco ou seis anos antes de sua morte) pensei que se não jogaria mais a trabalhos exaustivos: mas não. Assim que se sentiu de alguma forma recuperado, jogou-se ao trabalho com multiplicado afã, e produziu muito mais, talvez, do que havia realizado antes, na sua odontologia, na sua medicina, e na história local sobretudo, em que foi incansável e fecundo pesquisador. Ainda é cedo para que tenhamos bem a noção da sua falta, senão pelo aspecto afetivo.

Intellectualmente, porém, logo se verá o quanto se lhe deve e que ainda não apareceu totalmente: porém o Paraná, quando o consagrar no bronze, terá que levar o seu busto para o parque do Atuba para que fique entre os maiores de Curitiba antiga, os Ébano Pereira, os Gabriel de Lara, os Francisco Xavier Pissaro, como a sombra viva do seu pó, visto haver descoberto o local onde eles fundamentaram as raízes de uma das brilhantes metrópoles da América do Sul, sem terem sequer a consciência, do que realizavam.

O Júlio Moreira nasceu em Curitiba, no começo do presente século. Deve ter falecido com cerca de 75 anos. Jogou-se primeiro à pedagogia por influência do seu ilustre genitor, o Professor Fernando Moreira; depois passou à odontologia, à medicina e finalmente à história.

Foi sempre acrescentando deveres e nunca tratou de livrar-se deles. Exercia-os com coragem inaudita e humildade de santo.

As suas atividades assistenciais aí estão para prová-lo. A sua liderança rotária, não menos. Foi filho excelente, marido exemplar, pai extremoso e amigo sincero; leal, firme e constante.

Nunca nele se manifestou um pinga de inveja. Trabalhava com naturalidade, sem querer mostrar-se e em pleníssima autenticidade.

Pode servir de exemplo:

Foi um paranaense modelar.

Foi um curitibano à altura de Romário Martins, de que tantas vezes teria divergido, mas sempre tendo de comum, o entenhado amor ao torrão.

À VISTA DE MEU PONTO

Professor Júlio Moreira

José Wanderley Dias

Eu não poderia ter a pretensão ou veleidade de acrescentar o que quer que fosse aquilo que, sobre o Prof. Júlio Moreira, foi escrito e publicado, por exemplo pelo Aramis Millarch, por D. Raquel Amaral, pelo Prof. Raul Gomes, venerando decano de todos nós, e por outros ilustres escritores da terra. Por outro lado, eu não poderia cometer a injustiça e o erro de omitir-me na manifestação de meu pesar pelo falecimento do eminente historiador e erudito que, depois de longa e meritória existência entrou no gozo do merecido descanso dos bons.

Sua faceta de historiador, talvez a mais conhecida, teve essa dimensão dos que realmente fazem história e nela se integram. Por isto é que não foi apenas um levantador e descobridor de fatos e episódios controvertidos naquilo que acontecera há tempos.

Teve sempre, a sábia e permanente preocupação de entender a História como mestra, fazendo questão de extrair os seus ensinamentos, de buscar a sua experiência e seus sinais para o presente e para o futuro.

Verdadeiros historiadores são como Prof. Júlio o foi: buscou no Passado, aquilo que fora, mas principalmente aquilo que poderia servir de orientação e de exemplo e modelo para o que está acontecendo e deve acontecer no porvir.

Homens como o ilustre extinto realçam o valor da família, cuja proclamação e exaltação fazemos sempre, sem nenhum propósito discriminatório ou meramente de salientar projeção e destaque.

O nome, o sangue, as tradições dão peso e envergadura, responsabilidade e respeito.

Filho e familiar de professores, o Dr. Júlio educou, ensinou, transmitiu e viveu.

Quando vemos os seus filhos e demais parentes obter merecido destaque dentre aqueles que têm valor e o empregam em prol do semelhante, aumenta em nós a convicção de que é uma família, na família que reside toda a esperança do homem continuar homem, do gênero humano continuar humano.

Notei algum esquecimento de outro dos extraordinários trabalhos do Dr. Júlio: a COLSAN, a benemerita entidade que leva as pessoas a doarem o seu sangue em benefício dos que precisam.

Quantas vidas foram e continuarão sendo salvas pelos frascos da COLSAN. E neles estará a lembrança de uma das muitas preocupações do grande paranaense pelos seus semelhantes.

Não caberia, logicamente, sua imensa biografia numa crônica. Temos de limitar-nos a referências esparsas e desordenadas sobre alguns dos múltiplos aspectos de sua fecunda, generosa e benemerita passagem pelo mundo dos vivos.

Que grande exemplo nos deixa de amor pelo Paraná. Conheceu e divulgou a sua história. Lega um acervo bibliográfico precioso com a condição expressa de continuar a servir à Terra dos Pinheirais...

Talvez o fizesse pelo receio de que seus livros pudessem ter o destino de bibliotecas do exterior, como já aconteceu nestes brasis...

Professor emérito de nossa Universidade, educador por excelência, viveu para servir, como o atesta tudo o que fez pela sua gente e pelo seu berço.

Vinculou-se ao Rotary Clube, servindo ali como os que mais serviram em todos os tempos, tendo sido ali considerado como exemplo e luminar.

A morte é contingência inevitável.

No caso de vultos como o Professor Júlio Moreira, é um fato que todos lamentam, mas compreendem como fadário a que se não pode fugir, e que tem a compensação histórica da lembrança de dever admiravelmente, fielmente cumprindo através dos tempos, como exemplo e inspiração para os pósteros.

Gente como o Prof. Júlio Moreira engrandece a raça humana que fica diminuída, menor com a sua perda.

PORTARIA Nº 392/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7158/75, de 16 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, ao funcionário JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 393/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6717/75, de 2 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

antecipar as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a HEITOR

GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, trinta (30) dias, a partir de 1.º de julho de 1975,

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 394/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5666/75, de 27 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a HILDA GUIOMAR ARGUELLO, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, nível PL-23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento, a partir de 1.º de julho de 1975, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 395/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6734/75, de 02 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar FLORAITZA PAGLIUSO ALVARES, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 396/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6518/75, de 26 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar VERA CRUZ C. RUIZ, ora à disposição deste Poder para prestar serviços na Liderança da "ARENA" junto ao gabinete do Deputado JOÃO CIONI NETTO, até 31 de dezembro.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 397/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6832/75, de 07 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria 130/75, de 25 de março de 1975, que designou ARLETE BELMONT ZEBALLOS, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial de Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da "ARENA" junto ao Gabinete do Deputado FABIANO BRAGA CORTES.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 398/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7320/75, de 22 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários JACYRA MACHADO BINI, IZAIR PEREIRA FLORES, MARIA NEIDE BOZZA STIVAL, LINDA-MIR GONÇALVES BORGONOVO e ELIAS PEREIRA, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 402/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7264/75, de 21 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários MARCOS UNIGA e NELSON SILVIO SALLES, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete do Diretor Geral, em 24 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 403/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7317/75, de 22 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 173/75, a JOÃO MARTINS SOBRINHO, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 404/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7251/75, de 21 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a AMAURY SCHIMMELPPENG RAMOS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 405/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7239/75, de 21 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 173/75, a LÁZARO DA SILVA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 406/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7343/75, de 24 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a GABRIEL QUESADA FILHO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 407/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7347/75, de 24 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a IZABEL SANTO ALAYA LAMOUR, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 408/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7177/75, de 17 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1º – revogar a portaria nº 109/75, que designou LUIZ LIMA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado OSÓRIO VALTER PIETRÂNGELO; e,

Art. 2º – designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, de Motorista.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 409/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5904/75, de 16 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar JURACY JOSÉ SOMMAVILLA, ocupante do cargo de nível PL-20, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176 inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 09 de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 410/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7378/75, de 28 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria

173/75, aos seguintes funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa: EMILIA DE MIRANDA BECKER, Oficial Administração PL-19; ELCY DA SILVA BATISTA, Secretário de Comissão; HAROLDO NASCIMENTO, Oficial de Serviços Gerais PL-19; JOSÉ ARI VALÉRIO, Oficial de Serviços Gerais PL-19; JOSÉ TAVARES DO CANTO FILHO, Secretário de Comissão; LUIZ CARLOS MONTEIRO, Oficial Serviços Gerais PL-19; NILCE MACEDO FIGUEIREDO, Auxiliar Técnico PL-30, e TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, Oficial Legislativo PL-23.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 411/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7282/75, de 22 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a VALDECIR NASSAR, ocupante do cargo de nível PL-18, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 412/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7407/75, de 28 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar CÉLIA LOPES FERES, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 413/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7411/75, de 28 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar MARLENE DE ANDRADE SOUZA LOBO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao gabinete do Deputado ANTONIO FACCI, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 414/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7409/75, de 28 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar MARIA MANOELA BRANCO BRUSAMOLIN, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado EDILSON ALENÇAR, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 415/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4647/75, de 13 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar a pedido, a partir de 1º de agosto de 1975, a Portaria nº 57/75, na parte que autoriza o funcionário IHOR BARANHUK, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários no Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 416/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7449/75, de 29 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a JUDETH SCHOLTZ, ocupante do cargo de nível PL-26, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 417/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7442/75, de 29 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos seguintes funcionários: EMERENTINO DA CRUZ PACCA, Oficial Legislativo nível 20; JOSÉ JACOMITTI, Auxiliar de Plenário e Conservação nível 16; MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOLAWSKI, Auxiliar de Serviços Gerais nível 17 e ZENAIDE SILVA FILPO, Oficial Legislativo nível 19.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 418/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6497/75, de 25 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, JOSÉ MARIA RODRIGUES, que ora se encontra à disposição deste Poder Legislativo, prestando serviços junto ao Gabinete do Deputado ALFREDO GULIN, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis, sessenta e sete por cento, de seus vencimentos a partir de 01 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 419/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7464/75, de 29 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO, ocupante do cargo de nível PL 14, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional Conservação e Transportes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 420/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7291, de 22 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 173/75, a PAULINA SCHERNER SIMÕES, ocupante do cargo de nível PL 14, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação e Transportes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 587/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PROMOVER por merecimento o funcionário VALTER ANTONIO MARCHIORATO, para o nível PL "21", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de agosto de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 588/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PROMOVER por merecimento o funcionário EDSON CARLOS DE OLIVEIRA, para o nível PL-27, da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de agosto de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário